

arquivo & administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 7 n. 3 dezembro 1979

o sistema nacional de arquivo
maria do carmo seabra melo fernandes
4.º congresso brasileiro de arquivologia
ombudsman contra a burocracia
terminologia arquivística

as. 70368 Clas. PER
arquivo & Administração
.7 n.3
et./dez.1979

VOCÊ PENSA QUE
ARQUIVO É PAPEL VELHO?

AH, E' ? QUER DIZER
QUE VOCÊ AINDA NÃO
ASSINOU A REVISTA
ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO!?

COISA
HORROROSA!

POIS ENVIE JÁ, SEU NOME, ENDEREÇO,
PROFISSÃO E CEP, E INCLUA CHEQUE
NOMINAL NO VALOR DE CR\$ 60,00
PARA A ASSOCIAÇÃO DOS
ARQUIVISTAS BRASILEIROS.

PRONTO! COM ISSO VOCÊ
VAI FICAR POR DENTRO
DA ALDEIA GLOBAL
ARQUIVÍSTICA.

VAI VER O QUÃO FANTASMA-
GÓRICO É DENOMINAR
ARQUIVO PERMANENTE DE
ARQUIVO MORTO...

... E PODERÁ VER TAMBÉM...

COM LICENÇA! POR
OBSEQUIO, ONDE FICA
O ARQUIVO-MORTO ?

Colunista

v. 7 n. 3 dezembro 1979
 Revista quadrimestral de divulgação da
 Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Conselho Editorial
*Eloísa Helena Riani Marques
 Helena Corrêa Machado
 José Lázaro de Souza Rosa
 José Pedro Pinto Esposal
 Maria de la E. de España Iglesias
 Maria Luiza S. Dannemann*

Redatora-Chefe
Marilena Leite Paes

Secretária
Maria Amélia Gomes Leite

Editoração
*Edições Achiamé Ltda.
 Praia de Botafogo, 210/gr. 905
 Tel.: 286-2549
 22250 Rio de Janeiro - RJ*

Publicidade
*Maity Comunicação Visual Ltda.
 Rua Senador Dantas, 118 gr. 412/413
 Tel.: 222-2436
 20031 Rio de Janeiro - RJ*

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1979-81

Presidente: *Regina Alves Vieira*
 Vice-Presidente: *Rômulo Brügger
 Roland*
 Primeiro Secretário: *Maria Amélia
 Gomes Leite*
 Segundo Secretário: *Maria de Fátima
 Vieira Lopes*
 Primeiro Tesoureiro: *Norma Viegas de
 Barros*
 Segundo Tesoureiro: *Aurora Ferraz
 Frazão*

Conselho Deliberativo

*Astréa de Moraes e Castro
 Gilda Nunes Pinto
 Helena Corrêa Machado
 José Pedro Pinto Esposel
 Maria Luiza S. Dannemann
 Marilena Leite Paes
 Myrthes da Silva Ferreira
 Raul do Rego Lima
 Wilma Schaefer Corrêa*

Suplentes

*Hélio dos Santos
 Jaime Antunes da Silva
 Jainine Resnikoff Diamante
 Maria Amélia Porto Migueis
 Martha Maria Gonçalves
 Maura Esândola Quinhões*

Conselho Fiscal

*Arnaldo Barbosa Cruz
 Fernando Salinas
 Milton Machado*

Suplentes

*Eloísa Augusta Vieira de Almeida
 Marilúcia Ribeiro da Silva*

Arquivo & Administração v.1- n. 0- 1972-

Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.

v. ilust. 28cm quadrienal.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. 3. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Q-40368

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o n. 397/D. 20.493/46



sumário

editorial 3

resenha bibliográfica 4

estudos

o sistema nacional de arquivo 7

entrevista

telemig — empresa integrante do sistema telebrás 16

informe 18

várias

4º congresso brasileiro de arquivologia 27

os caminhos da desburocratização 30

ombudsman contra a burocracia 34

terminologia arquivística 34

as empresas a serviço da burocracia 36

navegação da memória 38

crônica

documento destruído é história perdida 40

Correspondência para

Arquivo & Administração

Praia de Botafogo, 186 sala B-217

22253 Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 246-6637

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-sócios Cr\$ 60,00

Exemplar avulso

ou atrasado Cr\$ 25,00

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores e não expressam necessariamente o pensamento da Associação dos Arquivistas Brasileiros ou dos redatores de *Arquivo & Administração*.

* Permitida a reprodução de artigos desde que seja observada a ética autoral que determina a indicação da fonte.

Distribuição: AAB

Desejamos permuta

Desejamos permuta

Nous désirons échange

We are interest in exchange

ISSN 0100-2244

informações aos colaboradores

Solicitamos aos colaboradores de Arquivo & Administração que atendam às seguintes indicações, ao enviarem seus trabalhos para serem publicados:

1. Preparação dos originais

Os textos devem ser datilografados em laudas de 20 linhas, com espaço três, cada linha de 72 batidas, com duas cópias e não devem ter menos de 200 ou mais de 400 linhas. Se ultrapassarem este total máximo devem ser acompanhados de indicação de capítulos, pois serão editados em duas ou mais vezes. Cada trabalho deverá conter:

- a) Uma abertura datilografada em lauda separada, em no máximo 10 linhas, apresentando as principais idéias do trabalho, no sentido de motivar o leitor.
- b) O desenvolvimento, que é o trabalho propriamente dito, dentro do espaço acima indicado.
- c) Referências bibliográficas.
- d) Currículo do autor, em no máximo 5 linhas.

2. Preparação das referências bibliográficas

Devem ser numeradas e apresentadas em ordem alfabética, observando-se as seguintes normas baixadas pela ABNT:

Publicação avulsa (livro, folheto, tese, etc.) — sobrenome do autor, prenome(s) abreviado(s), título, local, editor, data, número de páginas ou indicação de página(s) determinada(s). Em caso de dois autores, mencionar ambos; mais de três, mencionar o primeiro seguido de *et alii*.

Artigo de periódico — autor(es), título do artigo, título do periódico, indicação de volume, número, páginas inicial e final, data.

3. Normas gerais de publicação

Os trabalhos serão aceitos desde que representem material original do autor, dependendo a sua publicação da apreciação de um conselho editorial, e sob a condição de que possam sofrer revisão por parte da Editoria, no sentido de adaptá-los à publicação. Qualquer modificação de estrutura ou conteúdo será previamente acordada com o autor.

4. Apresentação de teses ou trabalhos científicos

Devem ser acompanhados de resumo, datilografado, em no máximo 20 linhas, currículo do autor, datilografado, em no máximo 5 linhas e histórico do trabalho, justificando-o, datilografado, em no máximo 10 linhas. Os resumos serão publicados na seção Resenha bibliográfica.

5. Ilustrações, gráficos, tabelas e fotos

Os trabalhos enviados poderão ser acompanhados de ilustrações, gráficos, tabelas e fotos, que poderão sofrer modificações de tamanho e forma no sentido de adaptá-los à linha gráfica da revista.



O ano de 1979 foi pródigo em realizações, ficando marcado pela comemoração das Semanas Internacionais de Arquivo em todos os países filiados ao Conselho Internacional de Arquivo — CIA e pela promoção do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que se realizou de 14 a 19 de outubro, no Rio de Janeiro, com a presença de 800 participantes, representando todos os Estados e o Território de Rondônia.

A luta para a criação das carreiras de arquivista e de técnico de arquivo, pretensão dos profissionais de Arquivologia que

ocupam cargos pertencentes aos quadros do serviço público, foi desfechada pela AAB, com expediente encaminhado ao Diretor-Geral do DASP.

A carreira de arquivista, de acordo com a Lei nº 284 de 28/10/36, existia em alguns quadros, porém não escalonada. Posteriormente, em 1941, com a reforma dos quadros ministeriais, a carreira foi desdobrada, surgindo o arquivologista, com as funções de planejamento, organização e orientação, ao lado do arquivista, como seu auxiliar. Esta atribuição, entretanto, contrariava as

funções universalmente atribuídas ao arquivista, que é o profissional que tem a seu cargo as maiores responsabilidades na hierarquia funcional, como acontece na Europa e na América, onde ele é pessoa de cultura e conhecimentos altamente especializados.

O título de arquivista nos países desenvolvidos, é também atribuído aos dirigentes máximos dos Arquivos.

Com a Lei nº 3.780, de 12/7/60, aprovando o Plano de Classificação de Cargos, a carreira foi mantida, com funções auxiliares, relegada a plano inferior, em nível bastante baixo, e o arquivologista transformou-se em documentarista, denominação muito em voga na ocasião, por influência dos serviços de documentação que, entretanto, não possuíam documentos de arquivo.

Mais tarde, a Lei nº 4.084, de 1962, permitiu ao bibliotecário o desempenho das funções de documentalista, exigindo para o preenchimento destes cargos e inscrição em concurso, o diploma de bibliotecário.

Atualmente, com o Plano de Classificação em vigor, os ocupantes de cargos de arquivista foram incluídos na categoria profissional de agente administrativo, e os documentaristas transformaram-se em bibliotecários.

Finalmente, com o advento da Lei nº 6.546, de 4/7/78, foram regulamentadas as profissões de arquivista e de técnico de arquivo; a primeira em nível superior, e a segunda, com especialização em nível médio, de 2º grau. Esta é a razão de nossa luta. Precisamos, quanto antes, corrigir tais erros. Nosso trabalho será sempre em favor da dignificação do profissional de Arquivo, lutando cada vez mais para conseguirmos níveis compatíveis com seus encargos e responsabilidade.

Regina Alves Vieira

resenha bibliográfica

Bibliografia de publicações periódicas especializadas em Arquivo, existentes na Biblioteca do Arquivo Nacional.

Periódicos Brasileiros

1. ANAES DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICOS DO PARÁ. Belém, SEC, 1902-; 1902-16, v.1-9; 1969, v.11.
2. ANAES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Of. Gráf. da Caia Pública, 1933-; 1933, v.1; 1963, v.9.
3. ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, 1917-; 1917-18; 1920; 1922-25; 1928-29; 1931-32; 1934-35; 1937-38; 1941; 1945-47; 1949; 1952; 1957; 1959-60; 1968; 1970-72; 1976-77.
4. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, DAC/SEC, 1977-; 1977-78;
5. O ARCHIVO; revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Tip. da Gazeta Oficial, 1905-; 1905, 1 (1-3).

OBS.: Publicação feita sob os auspícios do Exmo. Sr. Cel. Antonio Paes de Barros.

6. ARQUIVO; boletim informativo. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, 1976-; 1976, 1 (1-2).
7. ARQUIVO DO AMAZONAS. Manaus, Divisão de Arquivo Público, 1906-; 1974, v.9.

OBS.: Foi editado de 1906-1908. Reiniciada a edição em 1974.

8. ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL; revista de documentos para a história da cidade do

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, SEC, 1894-; 1894-97; 1950-54.

Obs.: A primeira fase 1894-97 foi dirigida pelo Dr. Mello Morais. Reapareceu em 1950 com o mesmo título.

9. ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972-; 1972-79, v.1-7.

10. ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI. Rio de Janeiro, MRE, Seção de Publicações, 1951-; 1951-52; 1960; 1964.

11. ARQUIVOS. Recife, Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, 1942-; 1942, 1 (2); 1945-51, 4-10 (7-20).

12. BOLETIM — Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo, 19-; 1943-52, v.4-9; 1953-61, v.11-15; 1962, v.16.

Obs.: Nova fase a partir do v.9.

13. BOLETIM DA DIVISÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. Recife, Secretaria de Justiça, 19-; 1967, 2 (1).

14. BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem 1976-; 1976-79, 1-4 (0-4).

15. BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba, Imp. Paranaense, 1906-; 1906-1908.

16. BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Aracaju, SEC, 1978-; 1978.

17. MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, 1970-; 1970-79, 1-10.

18. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo, Prefeitura,

Div. de Arquivo Histórico, 1934-; 1934-55; 1969; 1974-77.

19. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO. Recife, 1946-; 1948; 1952-76.

20. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Maceió, SEC, 1962; 1962 (1).

21. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1921-; 1921-30, 1-23.

Obs.: Título a partir de 1927: REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.

22. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, 1896-; 1896-1979.

Obs.: De 1896-1898 editada em Ouro Preto. Interrompida em 1937 (v.25) recomeçou em 1975 (v.26).

Revista do Museu e Arquivo Públíco do Rio Grande do Sul ver Revista do Arquivo Públíco do Rio Grande do Sul.

Periódicos Estrangeiros

23. THE AMERICAN ARCHIVIST. Chicago, The Society of American Archivist, 1938-; 1938-1979.

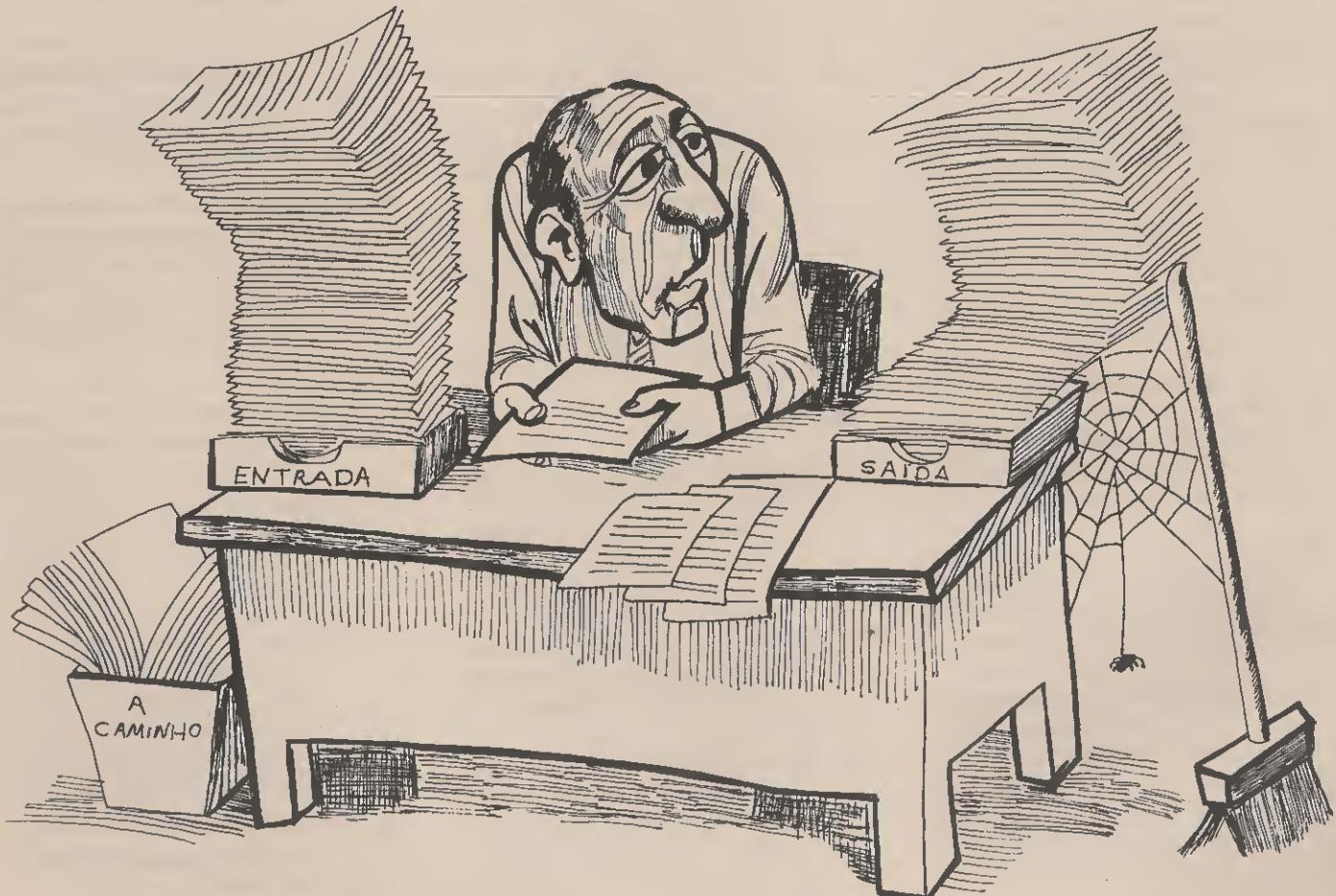
24. ANAIS DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1920-; 1920-22, 1-3 (1-12).

25. ANNUAIRE — Conseil International des Archives. Paris, CIA, 1979; 1979, 1v.

26. ANNUAL REPORT OF ARCHIVIST OF THE UNITED STATES. Washington, The National Archives, 19-; 1944-45, 1v.

27. ANNUAL REPORT OF THE NATIONAL ARCHIVES OF INDIA. New Delhi, Director of Archives, 1970- ; 1970, 1v.; 1971, 1v.; 1977, 1v.
28. THE ARAB ARCHIVES; the journal of the Arab Regional Branch, International Council of Archives. Bagdad, 1975- ; 1975, 1v.
- Obs.:* Texto em inglês e árabe.
29. DER ARCHIVAR, mitteilungsblatt für deutsches archivwesen. Deusseldorf, Nordrhein-Westfälischen Hauptstaatsarchiv, 1978- ; 1978, 31(1); 1979, 32 (1-2).
30. ARCHIVARIA. Canada, Public Archives, 1975- ; 1975/76.
31. ARCHIVES. Québec, Association des Archivistes du Québec, 19- ; 1974, 1 n°.
32. ARCHIVES NATIONALES. Algéria, Direção Central dos Arquivos Nacionais, 1973- ; 1973; 1978.
33. ARCHIVOS. Colombia, Academia Colombiana de Historia, Sección de Archivos y Microfilmes, 1967- ; 1967-72.
34. ARCHIVUM; revue internationale des archives. Paris, CIA, 1951; 1951-79.
35. ARQUIVO HISTÓRICO DA MADEIRA. Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, 1931- ; 1932, v.2(1-4); 1933, v.3(1-3); 1934-35 v.4(1-2); 1959, v.11.
36. ARQUIVOS DE ANGOLA. Luanda, Museu de Angola, 1943- ; 1943; 1944-48; 1950-53; 1955.
- Obs.:* 2ª série em 1943.
37. BOLETIM – Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe, 1970- ; 1973, 3 (5).
38. BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. Luanda, Museu de Angola, 1954- ; 1954, n.21-22.
39. BOLETIN. Santa Fé, Archivo General de la Provincia, 1969- ; 1969; 1975/76.
40. BOLETIN DE LA ANABA. Madrid, Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, 19- ; 1977, 27 (3).
41. BOLETIN DE LA ASOCIACION ARCHIVISTICA ARGENTINA. Buenos Aires, 1970- ; 1973, 3 (7-8); 1974, 4 (10); 1975, 5 (12).
42. BOLETIN DE LA ASOCIACION PERUANA DE ARCHIVISTOS. Lima, 1976- ; 1976, n.1.
43. BOLETIN DE LA ESCUELA NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS Y ARCHIVISTAS. Mexico, Talleres Graficos de la Nacion, 19- ; 1960, t.4 n.16; 1962, t.5 n.29.
44. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Caracas, 1923- ; 1923-35, 1-19 (1-73); 1936, 20 (77); 1938, 23 (90-91); 1948-49, 36 (142-45); 1950, 37 (147-48); 1951, 38 (152); 1952, 39 (157); 1953, 40 (160-62); 1954, 41 (163); 1955, 42 (168); 1956, 43 (170-73); 1957-65, 45-55 (178-208); 1966, 56 (210); 1967, 57 (213); 1968-77, 58-67 (214-233).
- Obs.:* Título até 1938 — BOLETIN DEL ARCHIVO NACIONAL.
45. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Ciudad Trujillo, 19- ; 1953-59.
46. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Guatemala, Ministerio de Gobernación, 1967- ; 1967, 1 (1).
- Obs.:* Segunda época.
47. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Mexico, Secretaría de Gobernación, Dirección General de Información, 1930- ; 1930-32; 1955-59.
Boletín del Archivo Nacional
ver Boletín del Archivo General de la Nación, Caracas.
48. BOLETIN DEL ARCHIVO NACIONAL. La Habana, Archivos de la República de Cuba, 19- ; 1943-46, n.42-45; 1949, n.48; 1954-58, n.53-57.
49. BOLETIN DEL COMITE DE ARCHIVOS. La Habana, Comisión de Historia del Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1958- ; 1958, 1 (1-3).
50. BOLETIN INFORMATIVO DEL ARCHIVO NACIONAL DE PANAMA. Panama, 1974- ; 1975-76, 2-6.
51. BOLETIN INTERAMERICANO DE ARCHIVOS. Cordoba, Centro Interamericano de Archivos, 1974- ; 1974-76.
52. BULLETIN — Conseil International des Archives. Paris, CIA, 1973- ; 1973-78, 1-10.
53. BULLETIN — International Council in Archives Microfilm Committee. Madrid, Centro Nacional del Microfilme, 1972- ; 1972-78.
54. BULLETIN DU COMITE DES ARCHIVES D'ENTREPRISES. Bruxelles, CIA, 1978- ; 1978-79.
55. BULLETIN OF THE NATIONAL REGISTER OF ARCHIVES. London, Historical Manuscripts Commission, 1948- ; 1948-61, n.1-11.
56. LA GAZETE DES ARCHIVES. Paris, Association des Archivistes Français, 1947- ; 1947-53, n.1-13; 1954, n.15-16; 1955-59, n.18-26; 1960, n.28 e 30; 1961-71, n.32-75.
57. THE INDIAN ARCHIVES. New Delhi, National Archives of India, 197- ; 1977, 26 (1-2).
58. INFORMATIVO DEL ARCHIVO NACIONAL. Chile, Archivo Nacional, Biblioteca, 1978- ; 1979.
59. JOURNAL OF THE SOCIETY OF ARCHIVISTS. London, 19- ; 1971, v.4 (4); 1972, v.4 (5-6); 1973, v.4 (7-8); 1974, v.5 (1-2); 1975, v.5 (4); 1976, v.5 (5-6); 1978, v.6 (1-2); 1979, v.6 (3).
60. RAPPORT ANNUEL — Archives Publiques. Canadá, 1976/77, 1v. ; 1978, 1v.
- Obs.:* Texto em francês e inglês

61. RASSEGNA DEGLI ARCHIVI DI STATO. Roma, 19- ; 1960-62; 1970-76.
62. REPORT OF ACTIVITIES — Central Zionist Archives. Jerusalem, 1971/77, 1v.
- REVISTA DE LOS ARCHIVOS NACIONALES *ver* REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. San Jose, Costa Rica.
63. REVISTA DEL ARCHIVO CENTRAL. Lima, Universidad Nacional de San Marcos, 1966- ; 1966, 1 (1-2).
64. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL ADMINISTRATIVO. Montevideo, 1885- ; 1885-89, v.1-4; 1916-22, v.5-12.
65. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Buenos Aires, 1971; 1971-74, n. 1-4; 1976, n.5.
66. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Lima, Instituto Nacional de Cultura, 19- ; 1959-62, 23-26; 1971, 29; 1972, v.1; 1973, v.2.
- Obs.:* Título anterior — REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL DEL PERU. Era semestral. A partir de 1972 — anual.
67. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. San Jose, Costa Rica, 19- ; 1952, 16 (7-12); 1953-57, 17-21 (1-12); 1959, 23 (1-12); 1961-63, 25-27 (1-12); 1964, 28 (7-12); 1965-66, 29-30 (1-12).
- Obs.:* Título até o v.29 — REVISTA DE LOS ARCHIVOS NACIONALES. San Jose, Costa Rica.
68. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1936-1947, 1977- ; 1977, n.76, segunda serie n.1.
- REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL DEL PERU *ver* REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Lima.
69. REVUE DES BIBLIOTHEQUES ET ARCHIVES DE BELGIQUE. Bruxelles, Bibliothèque Royale de Belgique, 1903- ; 1903-09, v.1-7.



ombudsman contra a burocracia

Combater a burocracia no que ela tem de emperrado e negativo e procurar fazer com que o cidadão receba do Estado, através do serviço público, a eficiente atenção a que tem direito. Foi com esse sentido que o *ombudsman*, ou o *justitieombusman*, foi instituído na Suécia em 1809.

Até 1955 o *ombudsman* já havia sido estabelecido na Finlândia e na Dinamarca. Em 1962 ele chegou à Noruega e à Nova Zelândia, em 1973 a França o instituiu, a Inglaterra o fez em 1974 e atualmente também a Alemanha, Canadá (em quatro províncias), EUA (em três Estados), Israel, Iugoslávia, Japão, Polônia e União Soviética também já têm semelhante figura. É o que conta Celso Barroso Leite no seu livro *Ombudsman, corregedor administrativo*. Zahar Editores, 1975.

Os países onde o *ombudsman* já existe sempre se preocuparam em encontrar meios adequados de apurar com justiça e rapidez a eventual ocorrência de improriedade ou insensibilidade no funcionamento da administra-

ção pública, e as diferentes soluções têm pelo menos uma característica comum: traduzem o empenho de resolver um problema de que nenhum país pode hoje alhear-se.

Algumas características definidoras do *ombudsman* são: a) é instituído por lei; b) é funcionalmente autônomo; c) não integra a administração; d) independe, operacionalmente, tanto do Legislativo quanto do Executivo; e) é um especialista; f) é um perito; g) não tem posição partidária; h) é normativamente universalista; i) defende os interesses da parte, mas não é um adversário da administração; j) qualquer pessoa pode vê-lo e entrar em contato com ele. Afora as reclamações diretas feitas pelos interessados, o *ombudsman* também pode investigar questões de que toma conhecimento por outros meios, como o noticiário da imprensa.

Além de poder solicitar informações e documentos, o *ombudsman* está autorizado por lei a visitar qualquer repartição pública abrangida em sua jurisdição, seja para inspeções de caráter genérico, seja para apuração de

fatos ligados a algum caso específico. O poder de assim fiscalizar a administração pública inclui, naturalmente, o direito de acesso a qualquer documento ou arquivo, salvo em casos especiais.

Na Suécia, além das comunicações referentes a cada caso, o *ombudsman* apresenta ao Parlamento um relatório que constitui valioso elemento de orientação e de jurisprudência administrativa, principalmente para as repartições públicas às quais é distribuído. Além disso, o relatório é enviado à imprensa, diretamente ou por intermédio da agência de notícias do Governo, e vendido ao público nas livrarias.

Além da síntese das atividades, reunindo dados estatísticos e outros demonstrativos, ressaltando-se as medidas de maior porte e as recomendações de ordem geral, o relatório costuma trazer um resumo dos casos mais importantes de que se cuidou no período, e as conclusões.

Extraído de *Visão*, São Paulo, 55(3): 82, 6 ago. 1979.

terminologia arquivística

Dando prosseguimento à divulgação da terminologia arquivística, iniciada no v. 1, n. 1, de abril de 1979, relacionamos novos termos cuja conceituação já foi definida pelos membros do Comitê, criado pela diretoria da AAB, em 1977.

Arranjo

(1) Na organização de arquivos permanentes, é o processo que consiste na ordenação física dos documentos em fundos, uns em relação aos outros, na ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário das peças individuais dentro das séries.

(2) Na organização de arquivos correntes, é o processo de colocar ou distribuir os documentos numa sequência alfabética, numérica ou alfanumérica, de acordo com o método de arquivamento previamente adotado.

Autógrafo

(1) Assinatura.
(2) Designação de documento manuscrito, do próprio punho do autor, esteja assinado ou não.

Avaliação

Conjunto dos processos de análise da documentação dos arquivos, visando estabelecer a sua destinação segundo contenham ou não valores (probató-

rios e informativos) para sua guarda permanente ou eliminação.

Catálogo

Instrumento de pesquisa no qual as entradas das unidades de arquivamento são dispostas segundo um critério temático, cronológico, onomástico ou outro, incluindo todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos, podendo a descrição ser de forma sumária ou pormenorizada.

Classificação

(1) Plano, tabela ou código contendo esquema definido de relações lógicas e sistemáticas agrupadas segundo suas semelhanças e/ou diferenças.